

Determinantes sociais de saúde no contexto das mulheres da agricultura familiar

Social health determinants in the family farming women contexto

Determinantes sociales de la salud en el contexto de las mujeres de la agricultura familiar

Recebido: 05/07/2021 | Revisado: 12/07/2021 | Aceito: 14/07/2021 | Publicado: 24/07/2021

Adriana Carolina Bauermann

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8820-247X>

Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Brasil

E-mail: bauermann_carol@unochapeco.edu.br

Junir Antonio Lutinski

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0149-5415>

Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Brasil

E-mail: junir@unochapeco.edu.br

Resumo

Este estudo teve por objetivo verificar a percepção de mulheres da agricultura familiar acerca do processo saúde/doença e sua relação com os Determinantes Sociais de Saúde. Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo, com levantamento exploratório, descritivo e transversal que teve como participantes mulheres agricultoras familiares. A pesquisa foi desenvolvida em 2019 e 2020, em dois municípios (Chapecó e Quilombo) da região oeste Catarinense. Foi utilizada a técnica *snowball sampling*. Foram realizadas entrevistas baseadas no suporte teórico dos Determinantes Sociais de Saúde. Foi utilizada estatística descritiva e analítica para explorar os dados. O estudo foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) sob parecer número 3.659.810. O perfil das mulheres agricultoras se constituiu, majoritariamente, pela etnia branca, casadas, com um ou dois filhos, com renda entre dois e quatro salários mínimos e que residem em pequenas propriedades. Estas, das quais as mulheres agricultoras fazem parte, contam com saneamento básico. Os resultados apontam que as participantes se sentem seguras e satisfeitas com as condições de moradia e com a comunidade da qual fazem parte. Os determinantes sociais da saúde são favoráveis às mulheres agricultoras, contudo, apontam para uma maior idade daquelas que permanecem no meio rural, para uma diminuição do número de filhos para fragilidades e para riscos à saúde historicamente não superados.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Comunidades tradicionais; Vulnerabilidades em saúde.

Abstract

This study aimed to verify the perception of family farming women about the health/disease process and its relationship with the Social Determinants of Health. This is a quantitative research, with an exploratory, descriptive and cross-sectional survey that had family farmers women as participants. The research was carried out in 2019 and 2020, in two municipalities (Chapecó and Quilombo) in the western region of Santa Catarina. The snowball sampling technique was used. Interviews were conducted based on the theoretical support of the Social Determinants of Health. Descriptive and analytical statistics were used to explore the data. The study was approved by the Ethics Committee for Research with Human Beings (CEP) under opinion number 3,659,810. The profile of women farmers was mostly white ethnicity, married, with one or two children, with income between two and four minimum wages and living on small properties. These, of which women farmers are part, have basic sanitation. The results show that the participants feel safe and satisfied with their living conditions and with the community they belong to. The social determinants of health are favorable to women farmers, however, they point to an older age of those who remain in rural areas, to a decrease in the number of children, due to weaknesses and historically unsurpassed health risks.

Keywords: Family farming; Traditional communities; Health vulnerabilities.

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo verificar la percepción de las mujeres de la agricultura familiar sobre el proceso salud / enfermedad y su relación con los Determinantes Sociales de la Salud. Se trata de una investigación cuantitativa, con una encuesta exploratoria, descriptiva y transversal que tuvo como participantes mujeres agricultoras familiares. La investigación se realizó en 2019 y 2020, en dos municipios (Chapecó y Quilombo) de la región occidental de Santa Catarina. Se utilizó la técnica de muestreo de bola de nieve. Las entrevistas se realizaron con base en el sustento teórico de los Determinantes Sociales de la Salud y se utilizaron estadísticas descriptivas y analíticas para explorar los datos. El estudio fue aprobado por el Comité de Ética para la Investigación con Seres Humanos (CEP) bajo la opinión número 3.659.810. El perfil de las mujeres agricultoras fue mayoritariamente de etnia blanca, casadas, con uno o dos hijos, con ingresos entre dos y cuatro salarios mínimos y que vivían en pequeñas propiedades. Estos, de los que forman parte las mujeres agricultoras, cuentan con saneamiento básico. Los resultados muestran que los participantes se sienten seguros y satisfechos con sus condiciones de vida y con la comunidad a la que pertenecen. Los

determinantes sociais de la salud son favorables para las mujeres agricultoras, sin embargo, apuntan a una mayor edad de quienes permanecen en el área rural, a una disminución en el número de hijos, debido a debilidades y riesgos para la salud históricamente insuperables.

Palabras clave: Agricultura familiar; Comunidades tradicionales; Vulnerabilidades de salud.

1. Introdução

Condições ambientais, econômicas e sociais são fatores determinantes da saúde da população (Carvalho, 2013). A lógica dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) se baseia em três imperativos: 1) reduzir as iniquidades em saúde; 2) melhorar a saúde e 3) ampliar o bem-estar (Buss & Pellegrini Filho, 2007), uma vez que os aspectos sociais têm relação direta com a saúde (Czeresnia, Maciel & Oviedo, 2013). O entendimento da saúde como algo maior que a ausência de doença vem sendo destacado desde o conceito definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1948, o qual define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença ou enfermidade” (Brasil, 1990; Grad, 2002), assim como propõe o Relatório Lalonde, no Canadá (Lalonde, 1974), o qual aponta para a necessidade de analisar de modo mais abrangente as causas dos problemas de saúde (Bezerra et al., 2014).

A saúde é o maior recurso para atingir o desenvolvimento econômico e social, considerando seus fatores determinantes e condicionantes. Nesse sentido, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) descreve os aspectos que compõem os DSS e a influência direta sobre a qualidade de vida dos diversos segmentos populacionais, destacando a população rural, pelo quadro de iniquidades em que se encontram (Brasil, 2013). Com base nos Dados do Censo Agropecuário de 2017, no Brasil, a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos agrícolas, e em Santa Catarina, a agricultura familiar é responsável por 50,7% do total do valor produzido pelo setor agrícola (IBGE, 2014), traduzindo a importância desta atividade e da população envolvida. O oeste de Santa Catarina é uma região constituída por uma base econômica de produção rural e familiar, fruto do processo histórico de colonização (Grando, 2016).

O termo “agricultura familiar” corresponde à forma de organização da produção agrícola, em que a gestão da produção e o trabalho são sustentados entre membros da família, a qual é, ao mesmo tempo, proprietária e executora das atividades produtivas (Neves, 2012). Compreender os DSS no contexto das mulheres agricultoras é dar visibilidade para o contexto rural como espaço de vida, construído historicamente, com interfaces com o cuidado com a saúde, evocando a voz das pessoas que constituem esse espaço e por ele são constituídas (Gerhardt & Lopes, 2015). A vida social rural deve ser pensada a partir de relações de trabalho interligadas às relações familiares, comunitárias, de lazer, e com o Estado (Santos, Arruda & Gerhardt, 2018).

Esse cenário se reflete em questões relacionadas à atenção à saúde e nos DSS. Nesse contexto, verifica-se que a relação da determinação social da saúde não é uma relação direta de causa e efeito, pois os fatores relacionados às condições de vida e saúde expressam um estado dinâmico da coesão social (Buss & Pellegrini Filho, 2007; Garbois, Sodré & Dalbello-Araujo, 2014). Entender o contexto e a importância da mulher no âmbito rural demanda necessariamente um enfoque interdisciplinar, pois abordar os DSS significa compreender o valor que a saúde tem para a sociedade (Carvalho, 2013) e como se especifica a saúde dos diversos grupos populacionais. Desse modo, o objetivo deste trabalho foi verificar a percepção de mulheres da agricultura familiar acerca do processo saúde/doença e sua relação com os Determinantes Sociais de Saúde.

2. Metodologia

2.1 Caracterização do estudo

Tratou-se de uma pesquisa de caráter quantitativo, com levantamento exploratório, descritivo e transversal. Participaram da pesquisa mulheres agricultoras familiares. A pesquisa foi desenvolvida em 2019 e 2020, em dois municípios da região oeste Catarinense, um de grande porte (Chapecó) e um de pequeno porte (Quilombo). A agricultura familiar é

predominante na região e o acesso às participantes foi determinante para a inclusão dos municípios na amostra. Chapecó representa um município de grande porte com uma população estimada em 224013 habitantes, IDH de 0,790 e PIB per capita de R\$ 39.693,55. Quilombo é um município de pequeno porte, com uma população estimada em 9829 habitantes, IDH de 0,730 e PIB per capita de R\$ 35.329,65 (IBGE 2021).

2.2 Amostra

Tratou-se de uma amostra com escolha intencional, utilizando-se da técnica *snowball sampling* (bola de neve) proposta por Albuquerque (2009), na qual os sujeitos, a partir da sua rede de contatos, indicam outros sujeitos para fazerem parte da pesquisa. O primeiro sujeito de cada município foi selecionado com o apoio das Agentes Comunitárias da Saúde (ACS). O critério de saturação dos dados foi utilizado para a limitação do número de entrevistados. Os critérios utilizados para a inclusão foram: mulheres agricultoras familiares, que possuam 18 anos ou mais e que tenham residência estabelecida nos municípios incluídos na pesquisa. A participação aconteceu mediante aceitação formal para participar da pesquisa assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como do Termo de Consentimento para uso de imagem e/ou voz. Foram excluídas as mulheres que não estavam atuando no meio rural como agricultoras familiares ou que possuíam alguma limitação física ou cognitiva aparente, que a impossibilitasse de responder o questionário.

2.3 Coleta de dados

Foram realizadas entrevistas, considerando os critérios estabelecidos na Lei nº 11.326/2006, a qual define critérios para Agricultura Familiar. Para isso, foi utilizado um roteiro baseado no suporte teórico dos Determinantes Sociais de Saúde com questões fechadas e complementadas com questões abertas. O formulário foi construído baseado no roteiro de Ceolin (2016), que avalia o perfil sociodemográfico abordando questões quanto ao contexto socioeconômico e familiar e quanto aos Determinantes Sociais de Saúde. Foram abordadas questões quanto à habitação, saneamento básico, trabalho, alimentação, educação, serviços de saúde, redes sociais, comunidade e cultura. A coleta de dados deu-se nas respectivas residências das participantes da pesquisa.

2.4 Análise dos dados

As respostas fechadas foram analisadas quantitativamente e tabuladas em um banco de dados construído utilizando-se o software Excel do pacote Office®. A análise foi efetuada utilizando-se estatística descritiva (média, desvio padrão e a distribuição de frequências). Também foi utilizada a estatística analítica paramétrica ou não paramétrica (de acordo com a natureza dos dados) para explorar possíveis diferenças entre grupos. Para as análises utilizou-se o pacote estatístico SPSS®, versão 20.0 e o nível de significância adotado foi de 5% ($p < 0,05$).

2.5 Aspectos éticos

Este estudo atendeu as determinações da Resolução 466/2012 da Comissão Nacional de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (Conselho Nacional de Saúde, 1996) e foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) sob parecer número 3.659.810.

3. Resultados e Discussão

Ao todo, participaram do estudo 40 mulheres agricultoras, sendo 18 do município de Chapecó e 22 do município de Quilombo. A cor autodeclarada que prevaleceu (97,5%) foi a branca, o estado civil foi a casada (87,5%), 1 ou 2 filhos (45%), renda mensal familiar entre dois a quatro salários mínimos (80,0%) e foram identificadas pelo menos oito fontes diferentes de

renda. A idade verificada foi significativamente maior para as viúvas do que as casadas ($p=0,03$) e para aquelas com maior número de filhos ($p<0,001$) (Tabela 1).

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico das mulheres agricultoras participantes da pesquisa, de dois municípios (Chapecó e Quilombo) da região oeste de Santa Catarina, dezembro de 2019 e janeiro de 2020. n: número de participantes. t: teste t de student; Hc: Teste de Kruskal-Wallis corrigido; F: Teste de ANOVA. (n = 40).

Variáveis	n	%	Média (idade)	Teste
Município				
Chapecó	18	45,0	62,4	t=0,55
Quilombo	22	65,0	59,7	p=0,58
Cor autodeclarada				
Branca	39	97,5	60,1	t=2,94
Indígena	1	2,5	68,0	p=0,005
Estado civil				
Casada	35	87,5	59,0	t=2,21;
Viúva	5	12,5	74,4	p=0,03
Número de filhos				
1 ou 2	18	45,0	53,0	Hc=14,42; p<0,001
3 a 5	17	42,5	63,5	
6 ou mais	5	12,5	80,4	
Renda familiar (salários mínimos de 2020)				
Um	1	2,5	76,0	Hc=2,75; p=0,43
Dois a quatro	32	80,0	61,6	
Cinco ou mais	5	12,5	57,4	
Não respondeu	2	5,0	50,5	
Fonte de renda				
Aposentadoria	18	45,0	70,1	F=1,55; p=0,17
Lavoura	17	42,5	58,7	
Produção de leite	12	30,0	59,4	
Produção de aves ou suínos	8	20,0	55,1	
Produção de gado de corte	6	15,0	59,0	
Aluguel de imóveis	5	12,5	68,0	
Empresa familiar	5	12,5	55,4	
Trabalho remunerado externo	4	10,0	55,8	

Fonte: Autores (2021).

Antes do processo de colonização ocorrido no século XX a região oeste de Santa Catarina era habitada por nativos (índios e caboclos). Estes foram confinados em alguns redutos e o território foi ocupado por imigrantes descendentes de europeus oriundos do Rio Grande do Sul (Pavan, 2008). A região oeste catarinense encontra-se habitado por descendentes de italianos, alemães, poloneses e outras etnias oriundas do leste europeu (Polí, 2008) e, mais recentemente, de países da América latina e África, no entanto, ainda é observado o predomínio de cor de pele autodeclarada “branca” como na amostra deste estudo (Tabela 1).

Analisando a composição familiar, observou-se que há uma mudança demográfica expressa na redução do número de filhos entre as famílias mais jovens e do número de gerações na composição familiar. O grupo doméstico do qual faziam parte as participantes do estudo, em geral, era composto de duas gerações, sendo a segunda geração com no máximo dois ou três filhos (Renk & Dorigon, 2014), padrão corroborado pelos resultados encontrados neste estudo. O número de filhos por família também está de acordo com os resultados de Maraschin et al. (2019) na região oeste do estado do Paraná que mostraram predomínio de dois filhos (31,03%) por família. A redução no número de filhos representa alterações na estrutura social das famílias rurais (Bagnara & Renk, 2013).

Com relação ao estado civil, verificou-se que 87,5% das participantes eram casadas. Resultado semelhante foi encontrado por Maraschin et al. (2019), onde mulheres que vivem em domicílio com companheiro ou cônjuge totalizaram 86,2%. O casamento no contexto rural é um fator cultural importante, pois é um processo que organiza a reprodução social do patrimônio familiar, como a sucessão de terras e a organização do trabalho (Stropasolas, 2004). Para o campesinato, o casamento também é reconhecido como um rito de emancipação do qual emerge a maturidade social para escolhas culturais independentes da família de origem (Renk, 2006). Segundo a pesquisa de Costa, Dimenstein & Leite (2014), o casamento é uma das maiores fontes de angústia para as mulheres rurais assentadas, pois envolve a chegada dos filhos e o cuidado com a casa, atividades que têm um papel central na lógica de organização dos grupos domésticos com vida no campo.

A renda familiar predominante relatada foi entre dois e quatro salários mínimos mensais, porém, a pergunta referente à renda gerou dúvidas, insatisfações ao responder e por vezes, foi mediante confirmação pelo marido. Para grande parte das famílias rurais, a renda é a cada três ou quatro meses e não mensal, fato dado pela criação de animais, viabilizados por associação com agroindústrias da região. Este resultado corrobora Ceolin (2016, p. 168) que argumenta que “*na colônia tu tem comida, mas não tem dinheiro*”. Com relação à renda individual para as mulheres agricultoras, esse cenário acontece com a pluriatividade e/ou com a venda dos excedentes produzidos na propriedade, ou então com a aposentadoria. Dessa forma, a pluriatividade e a aposentadoria contribuem para a autonomia das mulheres agricultoras, que passam a ter acesso à instituições financeiras e contas bancárias individuais (Bagnara & Renk, 2013).

Quanto ao perfil da propriedade, 97,5% das mulheres agricultoras residem em propriedade própria. Com relação ao tamanho, 32,5% possuem propriedade com mais de 21 hectares, seguido de 30% com 11 a 20 hectares (Tabela 2). Os usos da terra se concentram majoritariamente entre o plantio de grãos e sementes (65%), criação de gado (62,5%) e pastagens (45%). O menor uso relatado foi de plantio de ervas medicinais, criação de peixes, moradia e horta para consumo próprio. Verificou-se diferença significativamente maior no tempo médio de moradia para aquelas em situações de posse da propriedade ($p < 0,001$) (Tabela 2).

Tabela 2 - Perfil das propriedades em que mulheres agricultoras familiares residem em dois municípios (Chapecó e Quilombo) da região oeste de Santa Catarina, dezembro de 2019 e janeiro de 2020. n: número de participantes. t: teste t; Hc: teste de Kruskal-Wallis corrigido. (n = 40).

Variáveis	n	%	Média (tempo de moradia)	Teste
Propriedade				
Própria	39	97,5	33,6	t = 4,24; p < 0,001
Arrendamento	1	2,5	23,0	
Tamanho (hectares)				
Até 5	5	12,5	25,2	Hc = 0,49; p = 0,68
6 a 10	8	20	38,0	
11 a 20	12	30	33,8	
Acima de 21	13	32,5	35,0	
Não respondeu	2	5	20,5	
Usos da terra				
Plantio de grãos e sementes	26	65	31,0	Hc = 4,75; p = 0,57
Criação de gado	25	62,5	36,5	
Pastagens e poteiros	18	45	24,5	
Aviários e suínos	11	27,5	38,5	
Plantio de ervas medicinais	1	2,5	68,0	
Criação de peixes	1	2,5	18,0	
Moradia e horta para consumo próprio	1	2,5	35,0	

Fonte: Autores (2021).

O tamanho das propriedades tem relação com o processo colonizador, pois a migração europeia ocorreu sob estratégias de amenização de conflitos entre fazendeiros e nativos na região. Nesse contexto, o migrante que chegava não concorria com a grande propriedade, mas sim ocupava as áreas de relevo acidentado e de difícil acesso no espaço que antes era dos nativos índios e caboclos (Pavan, 2008, p. 130). A instalação da maioria dos imigrantes europeus se deu nos limites de terras com características de relevo que não interessava aos proprietários de grandes áreas (Pavan, 2008). Conforme os resultados verificou-se que as propriedades nas quais as mulheres participantes vivem são majoritariamente “pequenas propriedades” (INCRA, 2013).

A pequena agricultura característica da região Oeste catarinense se norteia pela lógica de valores sociais, econômicos e políticos que enxergam e valorizam a terra, pois há um modo de vida sobre ela (Buainain, 2014). Agricultores familiares diferem do grande produtor pois nessa compreensão da terra como espaço de vida, não há somente uma perspectiva abstrata de valor de troca ou de renda fundiária que pode produzir, mas de um modo de ser, culturalmente próprio. Dessa forma, ao considerar os determinantes sociais da saúde da população rural, especialmente de mulheres agricultoras familiares, é necessário que se compreenda além dos fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos, comportamentais que a permeiam (Buss & Pellegrini Filho, 2007), pois é necessário também compreender a multiplicidade do uso da terra e da compreensão acerca deste espaço-tempo em que se encontram.

A multiplicidade do uso da terra acontece nas pequenas propriedades, pois, o trabalho relacionado à agricultura familiar é um sistema constituído por agentes que estabelecem entre si e entre o meio, relações visando produzir alimentos, obter renda e melhorar a qualidade de vida (Pertile, 2008). A fragmentação das terras acelerou o processo rumo à

pluriatividade no intuito de manter as famílias no campo (Renk & Dorigon, 2014). A cultura de subsistência para os moradores e a comercialização do excedente são atribuições características de pequenas unidades de produção, em todas as áreas rurais do Brasil (Pertile, 2008). A pluriatividade destacada neste estudo, com prevalência do plantio de grãos e sementes, criação de gado, pastagens e produção de aves e suínos é fundamental tanto para a inserção desses agricultores no mercado quanto para atender as necessidades básicas das famílias, pois somente a produção de grãos não produz renda suficiente (Renk, Dorigon & Bagnara, 2014). A produção leiteira, bem como a criação de gado é de grande importância econômica e social para os agricultores, pois agrega valor à propriedade e confere uso para a terra que estaria sem utilização em alguns períodos do ano. O tamanho da terra é um dos fatores de relevância ao se considerar os determinantes sociais envolvidos na vida rural, por ser um fator de produção e geração renda, de posses ou falta de bens materiais e unindo-se ao uso de tecnologias e outros insumos determina o nível de renda da família proprietária daquele espaço (Buainain, 2014).

A origem da água das propriedades pesquisadas é de poço artesiano profundo em 77,5% dos casos. O destino para os resíduos se mostraram distintos, sendo que os recicláveis ou são queimados (50%) ou são recolhidos por serviço público de coleta (97,5%). Já os resíduos orgânicos, são majoritariamente enterrados (90%) ou queimados (50%) (Tabela 4). Todas as propriedades contam com fossa séptica para o destino dos efluentes domésticos. Em 87,5% dos casos não há coleta de água da chuva, porém, em casos que essa água é coletada, é utilizada para limpeza, irrigação e para a dessedentação de animais. O saneamento básico não apresentou relação com a renda ($p>0,05$). Ainda, 100% das propriedades contam com abastecimento de energia elétrica (Tabela 3).

O ambiente rural se configura como espaço de reprodução social, de geração de renda e de um modo específico de vida e de trabalho (Brasil, 2011). Portanto, é necessário considerar o espaço geográfico, a terra, a vegetação e a água desse ambiente. Conforme a Lei 8.080 de 1990, dentre as ações básicas para melhoria das condições de saúde da população, é reconhecida a importância do saneamento básico, por ser um dos principais determinantes com efeito nos níveis de saúde (Brasil, 1990).

O saneamento básico está entre os mais importantes fatores sociais determinantes da saúde e no âmbito rural existe, historicamente, uma deficiência nesta área. De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), acerca do índice de atendimento total de esgoto (para populações urbanas e rurais), na região Sul, 45,2% da população é atendida, comparado a 79,2% no Sudeste, 52,9% no Centro-Oeste, 28% no Nordeste e 10,5% no Norte do país, totalizando a média do Brasil em 53,2% da população. Portanto, a região sul se encontra em 3º lugar quanto à cobertura do tratamento de esgoto. Porém, no território rural, as condições de saneamento básico são diversas, uma vez que o meio rural é constituído de diversos tipos de comunidades, com especificidades de cada região brasileira (Brasil, 2017).

Tabela 3 - Saneamento básico nas propriedades das mulheres agricultoras familiares de dois municípios (Chapecó e Quilombo) da região oeste de Santa Catarina, dezembro de 2019 e janeiro de 2020. n: número de participantes. U: teste de Mann-Whitney; Hc: teste de Kruskal-Wallis corrigido. (n = 40).

Variáveis	n	%	Média renda familiar (salários mínimos)	Teste
Origem da água				
Poço artesiano profundo	31	77,5	3,1	U = 98; p = 0,26
Fonte superficial	9	22,5	3,7	
Destino de resíduos recicláveis				
Coleta pública	39	97,5	3,2	U = 98; p = 0,26
Queima	20	50,0	2,9	
Destino de resíduos orgânicos				
Enterra	36	90,0	3,3	Hc = 7,56; p = 0,06
Compostagem	8	20,0	3,8	
Queima	20	50,0	2,9	
Alimento para animais	2	5,0	5,5	
Destino do esgoto				
Fossa séptica	40	100,0	3,3	
Acesso à energia elétrica				
Rede pública	40	100,0	3,3	
Coleta de água da chuva				
Sim	5	12,5	3,4	U = 56; p = 0,24
Não	35	87,5	2,6	
Usos da água da chuva				
Animais	1	2,5	2,0	Hc=0,86; p=0,65
Irrigação	3	7,5	3,0	
Limpeza	4	10,0	2,8	

Fonte: Autores (2021).

Com relação à água, foram encontradas duas procedências: poço artesiano profundo e fonte superficial, comuns para a região. A segurança hídrica é um fator importante para a saúde da população rural, para a irrigação, para o manejo e a dessedentação de animais das propriedades e também para garantir o equilíbrio dos ecossistemas locais (Caldart et al., 2012). Já no estudo de Pessoa e Alchieri (2014) o abastecimento acontecia mediante poços, cisternas e barragens.

Com relação aos resíduos sólidos, existem diferentes destinações, sendo que na maioria dos casos são queimados, armazenados na propriedade, recolhido por empresas responsáveis ou encaminhado pelos agricultores até o local de coleta pública mais próximo, geralmente no centro da comunidade. Segundo Rocha et al. (2012), a queima do lixo acontecia em 27,1% das propriedades, comparando-se a 50% neste estudo. Conforme Freire et al. (2016), o lixo queimado ou descartado a céu aberto contamina o meio ambiente, a água, causa impacto visual e auxilia na proliferação de doenças. Com relação à energia elétrica, semelhante aos resultados deste estudo, na cidade de Lagoa Seca, Paraíba (PB) todos os moradores rurais entrevistados também contavam com abastecimento de energia elétrica (Pessoa & Alchieri, 2014).

Acerca da segurança, 72,5% das mulheres agricultoras relataram se sentir seguras morando nas suas respectivas comunidades. Todas (100%) relataram satisfação com a sua moradia, porém, 30% não se sentem seguras morando na sua casa. A renda familiar não apresentou relação com segurança ($p > 0,05$) (Tabela 4).

Tabela 4 - Segurança e moradia das mulheres agricultoras familiares de dois municípios (Chapecó e Quilombo) da região oeste de Santa Catarina, dezembro de 2019 e janeiro de 2020. n: número de participantes. U: teste de Mann-Whitney. (n=40).

Variáveis	n	%	Média renda familiar (salários mínimos, ano 2019)	Teste
Segurança na comunidade				
Sim	29	72,5	3,2	U = 138,5; p = 0,84
Não	11	27,5	3,3	
Satisfação com a moradia				
Sim	40	100,0	3,3	
Casa adequada às necessidades				
Sim	40	100,0	3,3	
Segurança na moradia				
Sim	28	70,0	3,3	U = 145; p = 0,92
Não	12	30,0	3,3	

Fonte: Autores (2021).

As participantes da pesquisa relataram insegurança na própria moradia com relação a roubos e/ou furtos frequentes realizados por pessoas externas às suas comunidades. Para as mulheres agricultoras, as propriedades rurais estão sofrendo um aumento gradativo como alvos de furtos. Porém, neste contexto, a comunidade se configura como um espaço de proteção e de segurança, uma vez que mulheres que moram nas proximidades comunicam-se e criam mecanismos de proteção, como avisos, ligações, visitas e grupos de apoio. Este fenômeno da violência no âmbito rural é o resultado da interação de fatores socioculturais, ambientais, individuais e coletivos (Bueno & Lopes, 2018). O contexto da insegurança e da violência contra as mulheres rurais é complexo e se potencializa com a dificuldade do acesso aos serviços de saúde e serviços de segurança, como delegacias (Costa & Lopes, 2012).

A violência é um fenômeno de grande complexidade por se tratar de uma definição pautada na compreensão de quem o vivencia. As manifestações da violência provocam forte carga emocional em quem a comete, em quem a sofre e quem a presencia e está presente tanto nas relações macrossociais (de um país, estado ou cidade) ou microssociais (Minayo, 2003), como é o caso das comunidades rurais desta pesquisa e suas relações intrínsecas, acontecendo na própria família, entre vizinhos, grupos sociais e morados externos.

Ao todo, 87,5% das entrevistadas relataram já ter vivenciado casos de algum evento climático extremo como vendavais e chuvas de granizo e enchentes tendo como reflexos à propriedade, casos de destelhamento e danos às lavouras ou às estradas. Mulheres cuja renda familiar é maior percebem menos os eventos climáticos extremos ($p = 0,04$) (Tabela 5).

Tabela 5 - Eventos climáticos relatados por mulheres agricultoras familiares de dois municípios da região oeste de Santa Catarina, dezembro de 2019 e janeiro de 2020. n: número de participantes. U: teste de Mann-Whitney; Hc: teste de Kruskal-Wallis corrigido. (n=40).

Variáveis	n	%	Média renda familiar (salários mínimos)	Teste
Percepção sobre extremos climáticos				
Sim	35	87,5	3,1	U = 37,5; p = 0,04
Não	5	12,5	4,4	
Eventos climáticos e/ou danos associados				
Chuva de granizo	1	2,5	2,0	Hc=7,90; p=0,09
Danos às lavouras ou a estradas	3	7,5	5,0	
Destelhamento de imóveis	6	15,0	3,0	
Queda de árvores na propriedade	2	5,0	3,0	
Vendavais	3	7,5	2,3	

Fonte: Autores (2021).

As condições climáticas influenciam nas atividades desenvolvidas nas propriedades rurais, assim como o tempo de trabalho, pois as atividades são adequadas de acordo com o clima diário e/ou conforme as estações do ano e as respectivas atividades (Ceolin, 2016). Entre as variações climáticas que podem prejudicar a produção agrícola, uma das mais significativas é a estiagem. No estudo de Carlos, Cunha e Pires (2019) os agricultores relataram prejuízo nas safras pela seca, e destes, 82% adotaram a irrigação como medida adaptativa para reduzir esse risco. Todavia, além da estiagem tem-se as enchentes, granizos e vendavais, que podem colocar em risco tanto as plantações, quanto a moradia das famílias agricultoras. No estudo de Riquinho e Hennington (2016) com agricultores da fumiicultura no interior do Rio Grande do Sul houve relato de perdas na produção causadas principalmente por quedas de granizo. O resultado dos extremos climáticos para estes trabalhadores rurais é de prejuízo e de perdas na lavoura, a qual mesmo com seguro, não supre a plantação perdida.

De uma forma geral, os eventos climáticos extremos têm um histórico crescente de acontecimentos e o nível de percepção de que o clima está se alterando, bem como o fato de que os impactos podem ser sentidos em termos tanto globais quanto locais é fundamental para assegurar uma resposta frente a esses eventos. A percepção frente ao clima aliada a maior disponibilidade de informações possibilita a redução dos riscos e eleva as chances da redução dos impactos negativos que podem recair sobre as famílias, como a perda dos bens materiais e da safra, a qual garante a sustentabilidade familiar dos meses seguintes (Carlos, Cunha & Pires, 2019).

Em relação às condições de vida e de trabalho, 90% das mulheres participantes relataram gostar de viver no meio rural e 62,5% percebem diferenças na natureza do trabalho desenvolvido por homens e mulheres. Um total de 65% das mulheres relataram não utilizar qualquer EPI durante o trabalho. Dentre as atividades exercidas apenas por mulheres, verificou-se que, em 80% dos casos está o cuidado com a casa e numa jornada de trabalho todos os dias (87,5%). Para 77,5% das entrevistadas, ‘as pausas se referem aos feriados religiosos. Ao todo, 75% das participantes reconhecem o ambiente de trabalho como “bom” ou “muito bom”. A jornada de trabalho verificada foi maior para as mulheres cuja renda familiar é maior (p=0,04). A renda também foi maior para aquelas que relataram pausas no trabalho (p < 0,001) (Tabela 6).

Tabela 6 - Condições de vida e de trabalho de mulheres agricultoras familiares de dois municípios da região oeste de Santa Catarina, dezembro de 2019 e janeiro de 2020. n: número de participantes. W: teste de Wilcoxon; U: teste de Mann-Whitney; Hc: teste de Kruskal-Wallis corrigido. (n=40).

Variáveis	n	%	Média renda familiar (salários mínimos)	Teste
Gosta de viver no meio rural				
Sim	36	90,0	3,3	U = 54,5; p = 0,52
Não	4	10,0	2,8	
Percebe diferença no trabalho entre homem e mulher				
Sim	25	62,5	3,5	U = 134,5; p = 0,30
Não	15	37,5	2,9	
Utiliza de Equipamentos de Proteção Individual				
Sim	14	35,0	3,3	U = 147,5; p = 0,79
Não	26	65,0	3,3	
Equipamentos de Proteção Individual utilizados				
Botas	5	12,5	2,7	Hc=2,46; p=0,48
Chapéus e toucas	2	5,0	2,0	
Máscaras	1	2,5	4,0	
Roupas compridas	5	12,5	3,5	
Atividades exercidas apenas pelas mulheres				
Alimentação	9	22,5	3,0	Hc=1,82; p=0,76
Cuidado com a casa	32	80,0	3,4	
Horta	3	7,5	2,7	
Produção de leite	4	10,0	3,5	
Outras atividades	5	12,5	3,0	
Jornada de trabalho				
Todos os dias	35	87,5	3,5	Hc=7,82; p=0,04
A cada 15 dias	2	5,0	2,5	
Somente quando necessário	2	5,0	2,0	
Não trabalha	1	2,5	1,0	
Pausas no trabalho				
Sim	39	97,5	3,3	W = 399; p < 0,001
Não	1	2,5	2,0	
Concentração do trabalho em turnos				
Diurno	35	87,5	3,4	Hc=2,16; p=0,34
Noturno	30	75,0	3,4	
Depende	2	5,0	2,0	
Pausas em feriados religiosos				
Sim	31	77,5	3,2	Hc=1,99; p=0,37
Não	8	20,0	3,6	
Depende	1	2,5	2,0	
Percepção sobre o ambiente de trabalho				
Muito bom	5	12,5	3,0	Hc=6,08; p=0,19

Bom	25	62,5	3,1	
Razoável	7	17,5	3,4	
Ruim	2	5,0	5,0	
Muito ruim	1	2,5	5,0	
Imprevistos no ambiente de trabalho				
Sim, já aconteceu	15	37,5	3,3	U = 163; p = 0,78
Não, nunca aconteceu	25	62,5	3,3	

Fonte: Autores (2021).

A categoria “trabalho” permite pensar sobre as transformações da vida rural, uma vez que as lides agrícolas são internalizadas desde a infância nos agricultores (Renk & Dorigon, 2014). A característica acerca do tamanho das propriedades interfere diretamente no trabalho relacionado à produção e, conseqüentemente ao trabalho desenvolvido naquele espaço. Os estabelecimentos de grande escala são mais propensos a usar tratores e outros mecanismos para aumentar a produção em comparação com seus correspondentes de pequena escala: estabelecimentos de grande escala também estão mais propensos a usar fertilizantes (73%), agrotóxicos (62%) e assistência técnica (63%) do que os de pequena escala (37%, 31% e 27%, respectivamente) (Buainain et al., 2014). Foi possível compreender essa característica produtiva neste estudo, o qual apresentou majoritariamente “pequenas propriedades”.

No que diz respeito ao trabalho, conforme o Ministério do Trabalho e Emprego, os equipamentos de proteção individual (EPIs) são determinados como medidas de prevenção e proteção. O trabalhador rural ainda possui outras medidas de proteção, como a Norma Regulamentadora - NR 31, Portaria nº 3.214/1978 a qual ressalta a eliminação dos riscos, especialmente aqueles de maior gravidade, como seria o caso da utilização de agrotóxicos. Essa norma reitera o direito dos trabalhadores à informação, ao determinar que se forneçam a eles instruções compreensíveis sobre os riscos e as medidas de proteção necessárias, exames médicos e avaliações ambientais realizadas nos locais de trabalho (Caldart et al., 2012).

Neste estudo, verificou-se que os Equipamentos de Proteção Individual não são utilizados por 65% das mulheres agricultoras, e quando o são, tem-se o uso restrito, o que representa uma precaução frente aos perigos mais visíveis contra a saúde, como os efeitos nocivos do sol, do frio e proteção a acidentes com animais peçonhentos (Ceolin, 2016). Na região noroeste do Rio Grande do Sul, em relação ao uso de EPIs, há também a predominância do uso de chapéu, botas, máscaras, luvas e macacão (Ubessi et al., 2015). Para trabalhadores rurais da Paraíba (PB) registrou-se o uso de EPIs improvisados, tais como chapéu de palha e camisas de mangas curtas, o que para Pessoa & Alchieri (2014) representa o não-cumprimento das recomendações preconizadas aos usos corretos de EPIs para a atividade no campo, porém, configura-se como uma “microgestão” ao utilizar os recursos que prefere para desenvolver o trabalho. Para as participantes da pesquisa, alguns cuidados diários de higiene são necessários para a proteção individual e familiar, como a alimentação somente após o banho, evitando maior contato com os agrotóxicos dentro de casa. Também relataram o cuidado ao manter a horta de subsistência da família em um local longe de onde o agrotóxico é aplicado.

Percebe-se também que há uma sobrecarga de trabalho individual, e isso é resultado decorrente de pequenas propriedades, uma vez que a família necessita realizar diversas atividades para sua manutenção (Pertile, 2008). A heterogeneidade de gênero na relação entre homem e mulher nos cenários rurais resulta na divisão desigual do trabalho e como consequência, a sobrecarga de trabalho para as mulheres rurais (Costa, Lopes & Soares, 2014). Entre as agricultoras, o tempo livre é considerado tempo perdido, uma vez que, diferentemente dos trabalhadores urbanos, o trabalhador rural não possui folgas nos finais de semana, feriados e férias remuneradas. Por esse motivo, existe a organização do trabalho e a divisão

interna entre os membros da família, para que o trabalho seja contínuo (Renk, Dorigon & Bagnara, 2014), o que corresponde à “jornada de trabalho diária” de 87,5% encontrada neste estudo.

Cabe a mulher a maior diversidade de tarefas, considerando o trabalho doméstico com alimentação e limpeza, cuidado às crianças e membros familiares, cuidado com o gado leiteiro, o cultivo e a produção de “*miudezas*” para consumo familiar, tais como verduras, batata, mandioca, feijão, cebola, queijos, galinhas, ovos, entre outros (Pertile, 2008; Bagnara & Renk, 2013). Na porcentagem das participantes que relataram “não trabalhar” ou “trabalhar somente quando necessário” encontram-se as agricultoras já aposentadas, as quais não trabalham para produzir renda, pois “*já carregaram seus fardos*” (Renk, Dorigon & Bagnara, 2014, p. 89), mas continuam com os serviços domésticos, cuidando da alimentação familiar e dos cuidados com a horta.

4. Conclusão

O perfil das mulheres agricultoras participantes desta pesquisa se constitui, majoritariamente, pela etnia branca, casadas, com um ou dois filhos, com renda entre dois e quatro salários mínimos e que residem em pequenas propriedades, próprias, nas quais se observa o desenvolvimento de atividades diversificadas de produção e de geração de renda. Uma realidade que corrobora o perfil regional de produção agrícola já descrito em outros estudos.

As propriedades das quais as mulheres agricultoras fazem parte contam com saneamento básico. As participantes se sentem seguras e satisfeitas com as condições de moradia e com a comunidade da qual fazem parte. O trabalho assume significado de modo de vida e razão de existência. Contudo, a vida das mulheres agricultoras está associada a riscos como os extremos climáticos que podem causar danos às propriedades e exposição a atividades potencialmente danosas à saúde como a aplicação de agrotóxicos potencializada pela carência de EPIs.

Apesar da percepção positiva das mulheres agricultoras do meio em que vivem, os relatos descrevem um cenário de divisão do trabalho, desvalorização das atividades desempenhadas e jornada estendida em relação aos homens. Questões que aparecem de forma naturalizada nos relatos.

Embora o estudo apresente uma amostra restrita do contexto regional, os resultados descrevem que os determinantes sociais da saúde são favoráveis à população alvo. Contudo, apontam para uma idade maior das mulheres agricultoras que permanecem no meio rural, uma diminuição do número de filhos e para fragilidades e riscos historicamente não superados.

Agradecimentos

À Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) pelo apoio à pesquisa e à produção científica e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de Mestrado.

Referências

- Albuquerque, E. M. de. (2009). *Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas*. 99 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2009.
- Bagnara, M. & Renk, A. (2013). *Representações de mulheres agricultoras do oeste de Santa Catarina: pluriatividade e ambientalismo*. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências Ambientais, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2013.
- Bezerra, I. M. P., Machado, M. de F. A. S., Souza, O. F. de E., Antão, J. Y. F. de L., Dantas, M. N. L., Reis, A. O. A., Martins, A. A. A., & Abreu, L. C. (2014). Professional Activity In The Context Of Health Education: A Systematic Review. *Journal Of Human Growth And Development*. 24(3), 255-262.
- Brasil. (1990). *Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990*. Diário Oficial da União.
- Brasil. (2011). *Portaria nº 2460/2005*. Grupo da Terra. MS.
- Brasil. (2013). *Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta*.

- Brasil. (2017). *Saneamento em Áreas Rurais e Comunidades Tradicionais*. Ministério da Saúde.
- Buainain, A. M., Alves, E., Silveira, J. M. da, & Navarro, Z. (2014). *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Embrapa, 1182 p.
- Buss, P. M., & Pellegrini Filho, A. (2007). A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. 17(1), 77-93.
- Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (2012). *Dicionário da Educação do Campo*. (3a ed.), Expressão Popular, Cap. 1, 32-39.
- Carlos, S. M., Cunha, D. A., & Pires, M. V. (2019). Conhecimento sobre mudanças climáticas implica em adaptação? Análise de agricultores do Nordeste brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 57(3), 455-471.
- Carvalho, A. I. de. (2013). Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. In: Cruz, F. O. *Saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ipea/ministério da Saúde/secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, p. 19-38.
- Ceolin, T. (2016). Sistema de Cuidado à saúde entre famílias rurais ao sul do Rio Grande do Sul. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Pelotas.
- Costa, M. G. S. G. da, Dimenstein, M. D. B., & Leite, J. F. (2014). Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. *Estudos de Psicologia (Natal)*. 19(2), 145-154.
- Costa, M. C., & Lopes, M. J. M. (2012). Elementos de integralidade nas práticas profissionais de saúde a mulheres rurais vítimas de violência. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. 46(5), 1088-95.
- Costa, M. C. da, & Lopes, M. J. M., & Soares, J. S. F. (2014). Representações sociais da violência contra mulheres rurais: desvelando sentidos em múltiplos olhares. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. 48(2), 214-222.
- Czeresnia, D., Maciel, E. M. G. de S., & Oviedo, R. A. M. (2013). *Os sentidos da saúde e da doença*. Fiocruz, 119 p.
- Garbois, J. A., Sodré, F., & Dalbello-Araujo, M. (2014). Determinantes sociais da saúde: o “social” em questão. *Saúde e Sociedade*. 23(4), 1173-1182.
- Grad, P. F. (2002). *The preamble of the Constitution of the World Health Organization: public health classics*.
- Grando, A. P. (2016). “É Preciso Crer Para Ver”: *Atuação das Organizações Sociais do Oeste Catarinense frente a sucessão familiar no meio rural*. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, Universidade Comunitária da Região de Chapecó.
- IBGE. (2014). Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Segurança Alimentar: 2004/2013: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro.
- IBGE. (2021). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. *Cidades*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- INCRA. (2013). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Estatísticas cadastrais – Municipais*.
- Lalonde, M. (1974). *A new perspective on the health of Canadians: a working document*. Ottawa: Health and Welfare Canada.
- Maraschin, M. S., Souza, E. A. de, Caldeira, S., Gouvêa, L. A. V. N. de, & Tonini, N. S. (2019). Perfil sociodemográfico e econômico de mulheres trabalhadoras rurais. *Revista Nursing*. 22(1), 2850-2855.
- Minayo, M. C. de S. (2003). Violência contra idosos: relevância para um velho problema. *Cadernos de Saúde Pública*. 19(3), 783-791.
- Neves, D. P. (2012). Agricultura Familiar. In: Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. *Dicionário da Educação do Campo*. (3a ed.), Expressão Popular, Cap. 1., 32-39.
- Pavan, A. A. (2008). Trabalhar na cidade e morar no campo: busca de renda extra na pequena propriedade. In: ALBA, Rosa Salete. *Estudos de Geografia Agrária do Oeste Catarinense*. Argos, Cap. 5. p. 125-173.
- PERTILE, N. A agricultura familiar no oeste catarinense: o município de Quilombo como representação. In: Alba, R. S. *Estudos de Geografia Agrária do Oeste Catarinense*. Argos, Cap. 2, 47-74.
- Pessoa, Y. S. R. Q., & Alchieri, J. C. (2014). Qualidade de vida em agricultores orgânicos familiares no interior Paraibano. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 34(2), 330-343.
- Poli, O. L. (2008). *Leituras em movimentos sociais*. Argos.
- Renk, A. A. (2006). *A luta da erva*. (2a ed.), Argos.
- Renk, A. A., & Dorigon, C. (orgs). (2014). *Juventude rural, cultura e mudança social*. Argos.
- Renk, A. A., Dorigon, C., & Bagnara, M. (2014). Juventude rural e mudança social. In: Dorigon, C., & Renk, A. (orgs). *Juventude rural, cultura e mudança social*. Chapecó: Argos, Cap. 3. 77-98.
- Riquinho, D. L., & Hennington, E. A. (2016). Sistema integrado de produção do tabaco: saúde, trabalho e condições de vida de trabalhadores rurais no sul do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. 32(12), 1-10.
- Santos, A. A. M. T. dos, Arruda, C. A. M., & Gerhardt, T. E. (2018). O mundo rural e a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas. In: Mesquita, M. O. *Saúde coletiva, desenvolvimento e (in)sustentabilidades no rural*. Editoras da UFRGS, 161-180.

Stropasolas, V. V. (2004). O valor (do) casamento na agricultura familiar. *Estudos Feministas*. 12(1) 353-267.

Ubessi, L. D., Ubessi, C., Kirchner, R. M., Jardim, V. M. da R., & Stumm, E. M. F. (2015). Uso de equipamentos de proteção por agricultores que utilizam agrotóxicos na relação com problemas de saúde. *Revista de Enfermagem: UFPE On line*. 4(9), 7230-7238.